

## **A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DAS ÁREAS VERDES EM LIMA – PERU**

Nathalie Cruz Sena<sup>1</sup>

Desde a colonização do continente latino-americano e, mais especificamente, do Peru, os recursos naturais têm sofrido o processo de devastação. Os primeiros habitantes ingressaram pelo Rio Amazonas para povoar esse país. Eles aproveitaram os frutos, as sementes, as raízes e as folhas para sua alimentação; utilizaram as fibras para fazer suas vestimentas; e a madeira das árvores para confeccionar os instrumentos de caça e pesca, para construir suas habitações e para utilizar como combustível. Dessa forma, as paisagens naturais foram aos poucos convertidas e reconfiguradas. Atualmente, esse processo foi intensificado tendo em vista a urbanização que proporcionou a implementação de novos elementos na paisagem, caracterizando-a como tipicamente urbana por meio da implantação de redes viárias, retificação dos rios e construção de habitações, prédios, centros comerciais, dentre outros. Logo, assim como a maioria das capitais brasileiras, a capital peruana, Lima, é predominante a mancha dos espaços urbanos frente à pequena parcela das áreas verdes, as quais apresentam usos e funções diferenciadas.

Segundo Lima et al. (1994), as áreas verdes são definidas como: *lugares onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde (LIMA et al., 1994, p. 10).*

Nesse sentido, as áreas verdes apresentam funções inter-relacionadas: psicológica, social, ecológica, estética e educativa. Configuram-se como áreas que possibilitam a conservação dos recursos naturais, a valorização visual e ornamental do ambiente, abrigo para a fauna, refúgio para a população que busca o alívio das tensões diárias do espaço urbano. Esse contato com a natureza permite

FIGURA 1 – A: Manejo e plantação no solo por trabalhadores.

B e C: Áreas verdes em meios obras e intenso tráfego de veículos. D: Áreas verdes no centro da capital



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

o desenvolvimento de atividades físicas, de lazer e recreativas, além de proporcionar maior conforto climático e melhor qualidade de vida (FIGURA 1).

O objetivo do presente trabalho é demonstrar a importância da implantação das áreas verdes em Lima e fornecer subsídios para tomada de decisões nos municípios brasileiros.

O Peru está inserido no continente latino-americano, tendo como capital Lima, a qual está localizada na região central e é considerada a cidade mais importante do país. Lima abrange uma área urbana contínua com 8,5 milhões de habitantes. O Peru limita-se a oeste com o Oceano Pacífico; ao sul, com o Chile; a leste, com o Brasil e a Bolívia; e a norte, com o Equador e a Colômbia.

Para a efetivação deste trabalho, as técnicas e métodos utilizados foram pautados na documentação indireta, através da pesquisa documental e bibliográfica referente aos principais estudos sobre as áreas verdes de Lima, e na documentação direta, mediante a pesquisa

de campo com base nas observações dos fatos e fenômenos. Para tal, foram realizados registros fotográficos que permitiram, posteriormente, a “leitura” e análise da paisagem.

O clima é caracterizado pelos elevados níveis de umidade e baixo índice pluviométrico, com temperatura média anual que varia de 18,5°C a 19°C. As áreas verdes desenvolvem papel fundamental para a qualidade ambiental no centro urbano de Lima, cuja presença da cobertura vegetal filtra, em parte, a radiação solar incidente, proporcionando maior conforto climático, aumento da umidade nesses pontos e absorção, por meio da transpiração, de parte da poluição gerada pelos veículos e indústrias, uma vez que há uma elevada concentração de indústrias nessa localidade (cerca de 70% do total do país).

Gomes e Pereira (2012) apontam que em Lima a chuva é muito rara e o abastecimento da capital é feito por meio das águas que escoam da Cordilheira dos Andes. Esta funciona como intercepto-

## EDITORIAL

Em sua vigésima sexta edição, o Boletim Informe Geográfico (BIG) traz um conjunto de artigos relevantes à ciência, constituindo, assim, um importante meio de reflexão e divulgação das pesquisas relacionadas às temáticas geográficas desenvolvidas por alunos e professores desta ciência.

O artigo “A importância da criação das áreas verdes em Lima – Peru”, produzido por Nathalie Cruz Sena, Bacharela em Geografia (Uesc), aborda questões relacionadas com a reconfiguração das áreas verdes em Lima, bem como sua importância nas relações sociais da população local.

Discussões sobre políticas públicas e suas influências no espaço local são cada vez mais frequentes em estudos Geográficos. Esse é o objeto de estudo do artigo “BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SALVADOR, BAHIA: um enfoque no bairro de Fazenda Grande do Retiro”, de Cristiano Silva Cardoso (Universidade Estadual de Feira de Santana – MRA/CUCA/UEFS). O autor nos convida a refletir sobre questões referentes à relação com o espaço e a memória das manifestações populares periféricas.

O estudo realizado por Lúcia Helena Gomes Ramos, Luziana Carvalho dos Santos e Osimar dos Santos Damasceno, Especialistas em Ensino de Geografia (Uesc) – “ESTUDAR O LUGAR: um olhar crítico” –, nos convida a uma reflexão a respeito do conceito de lugar nas aulas de Geografia, relatando uma experiência vivenciada em uma aula de campo com os alunos do 6º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Frei Calixto, Porto Seguro, Bahia.

A pesquisa “AGRICULTURA FAMILIAR: novos arranjos socioespaciais nos sistemas produtivos do município de Santo Antônio de Jesus, Bahia”, de Joélia Silva dos Santos, graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, destaca seu trabalho de conclusão de curso, abordando aspectos histórico-geográficos e tecendo análises quanto ao tempo presente do município.

“É preciso lembrar que ninguém escolhe o ventre, a localização geográfica, a condição socioeconômica e a condição sociocultural para nascer. Nasce onde o acaso determinar. Por isso, temos que cuidar de todos aqueles que estão em todos os recantos deste país”

(Aziz Ab'Saber - Do livro: *Somos ou estamos corruptos?* - Instituto DNA Brasil, 2005)

ra dos ventos alísios que sopram do leste para o oeste, precipitando as chuvas nas regiões da Selva e Serra. Além disso, os índices de umidade apresentados são proporcionados, também, pelas nuvens baixas que pairam o litoral e o Oceano Pacífico, promovendo uma densa neblina (FERRERO, 1960).

Cabe destacar que além da escassez de água, ocorre a má distribuição desse recurso, implicando em constantes conflitos no país. Segundo Rosales (2009, p. 1), “Lima abriga 30% dos peruanos, oito milhões de pessoas e calcula-se que entre um e dois milhões de seus habitantes não contam com água potável”.

A implantação de áreas verdes funciona como uma medida eficaz na obtenção de água, visto que favorece o processo de infiltração das águas pluviais. Quando ocorrem os períodos chuvosos, drenam os lençóis freáticos e mantêm a umidade no solo, consequentemente, permitem a maior permanência da água no sistema e evita o processo de evaporação. As áreas verdes funcionam, também, como protetoras dos solos, por meio do sistema foliar e radicular, e das margens dos corpos hídricos, principalmente, do Rio Rímac, o qual garante

Embora as plantas silvestres dos bosques de Lima purifiquem o ar contaminado por elementos sólidos, líquidos e gasosos (FUERTES, 2007), o centro da capital andina caracteriza-se como um ambiente extremamente caótico e poluído, tendo em vista: o fluxo intenso dos veículos e barulho incessante das

buzinas, a emissão de gases poluentes na atmosfera provenientes dos veículos que causam alterações no microclima e o estresse provocado na população por esses fatores. O autor complementa que a poluição atmosférica em Lima está associada à presença de *Contaminantes gaseosos tais como amoníaco, monóxido de carbono, anhídrido sulfuroso, etc.; contaminantes sólidos constituídos por hollín, cenizas y polvos de terrales provenientes de lasdemoliciones, de las zonas sin cobertura vegetal, etc.* (FUERTES, 2007, p. 110).

Segundo o Conselho Nacional de Ambiente (CONAM), em Lima, a Avenida Abancayé é a mais contaminada devido às altas concentrações de poluentes provenientes dos veículos e da má qualidade dos combustíveis. A maior parte da frota circulante é dos modelos mais antigos. O nível de partículas contaminantes oscila entre 175 e 190  $\mu\text{g}/\text{m}^3$  (microgramas por metro cúbico), valor três vezes maior que o permitido em níveis internacionais para partículas em suspensão no ar. Foram registrados, no ano de 2005, cerca de seis mil mortes de pessoas devido à poluição atmosférica.

Vale ressaltar que há otimização em alguns espaços urbanos no centro de Lima, onde se estabelece a cobertura vegetal em casas e prédios (conhecidas popularmente como “construções sustentáveis”) e a utilização das áreas verdes como verdadeiros “outdoors”; valorizando, sobretudo, o espaço e o aspecto visual da paisagem (FIGURA 2).

FIGURA 2 – A: Construções sustentáveis. B: Valorização da paisagem através da construção de “outdoors sustentáveis”



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Boletim Informativo do Curso de Geografia UESC INFORME GEOGRÁFICO - ISSN 1982-8039.

Ano XII - nº 26 - ABR/MAI/JUN 2014

Tiragem de 500 exemplares

**Conselho Editorial:** Gilmar Alves Trindade (galvestrindade@gmail.com); Tereza Geneveva Nascimento Torezani (terezatorezani@gmail.com); Jean Lucas Vinhas Medeiros (jeanlucasvinhas@hotmail.com); Darlan da Conceição Neves (darlan.geo@hotmail.com); Camila Silva Pereira (camila17silva@hotmail.com); Roberto Lemos Mendonça (roberto.lemosm@facebook.com).

**Fundador:** Saulo Rondinelli Xavier da Silva (abr, 2001).

**Colaboradores:** Saulo Rondinelli Xavier da Silva (geoilheus@hotmail.com); Paulo César Bahia de Aguiar (imperadorblue@yahoo.com.br); Alan Azevedo Pereira dos Santos (alan\_geouesc@hotmail.com).

**Projeto Gráfico / Diagramação:** Imprensa Universitária / UESC

**Revisão:** Editus / UESC

**Impressão:** Gráfica da UESC

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do BIG. Consulte as DIRETRIZES PARA AUTORES em nosso site (<http://www.uesc.br/projetos/inforgeo/>).

**E-mail:** [informegeografico@gmail.com](mailto:informegeografico@gmail.com)

**Facebook – Grupo:** <https://www.facebook.com/groups/informegeografico/>

**Página:** <https://www.facebook.com/informegeografico>

**Blog:** [www.informegeografico.blogspot.com](http://www.informegeografico.blogspot.com)

**Site:** <http://www.uesc.br/projetos/inforgeo/>

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)  
Rodovia Jorge Amado, km 16  
CEP: 45.662-900  
Ilhéus - Bahia

Com base na reconfiguração global em torno das questões ambientais, pautada no estabelecimento de acordos, reuniões, fóruns e tratados, em 1975, com o propósito do aproveitamento e conservação dos recursos naturais para o fomento do desenvolvimento social e efetiva independência econômica do Peru, o General Juan Velásco Alvaro criou as Unidades de Conservação pela Lei Florestal e da Fauna Silvestre (D.L 21147, de 13 de maio de 1975, Título 1, Cap. II, Art.s 14-20). Entretanto, os objetivos das Unidades de Conservação foram determinados, em 1997, por Alberto Fujimori, através da Lei nº 26834 - Lei das Áreas Naturais Protegidas, a qual estabeleceu quatorze objetivos, entre os quais: proporcionar oportunidades para recreação e espaçamento para áreas livres

assim como para o desenvolvimento turístico baseado nas características naturais e culturais; manter o entorno natural dos recursos culturais, arqueológicos e históricos; restaurar ecossistemas deteriorados, etc.

No Peru, as áreas protegidas são denominadas Áreas Naturais Protegidas pelo Estado ou Áreas Naturais Protegidas (ANP). Nesse sentido, foram estabelecidas algumas áreas protegidas em Lima: em 1977, a Reserva Nacional Lachay-Lima que abrange uma área de 5070 ha, com o objetivo de conservar a fauna e a flora; a Zona Reservada-Pantanos de Villa-Lima, com 396 ha, com o objetivo de proteger os pântanos da Vila e aves migratórias; o Bosque de Proteção Canal Nuevo Imperial-Lima, com 18.11 ha, com o objetivo de proteger o Canal

Nuevo Imperial e conservar os solos e bosques.

Faz-se necessário explicitar a importância da criação das áreas verdes e do estabelecimento de Unidades de Conservação, bem como os benefícios por elas proporcionados, visando construir uma maior responsabilidade e consciência ambiental global, a fim de garantir a conservação dos recursos naturais, melhoria da qualidade de vida da população e garantia da vida das presentes e futuras gerações, com base na adoção de políticas públicas eficazes e na ação integrada da sociedade com a gestão política e econômica local.

*Bacharela em Geografia (Uesc); Mestranda em Solos e Nutrição de Plantas (UFV)*  
E-mail: <nathalie\_senna@hotmail.com

## REFERÊNCIAS

AGENDA PERU. *Repensando el futuro*. Lima, 2011. Disponível em: <<http://www.agendaperu.org.pe/publicaciones/index.html>>. Acesso em: 31 maio 2013.

CONSEJO NACIONAL DEL AMBIENTE (CONAM). *Informe Nacional sobre el estado del Ambiente*. Lima: GEO Peru, 2005.

FERRERO, R. A economia do Peru – Características e problemas. *Revista Brasileira de Economia*. [S.l., 21--]. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/1843/2707>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

FUERTES, C. H. *Geografía de los recursos naturales del Perú*. Lima: Juan Gutemberg Editores – Impresores, 2007.

GOMES, M. A. F; PEREIRA, L. C. *Água no século XXI – Desafios e oportunidades*. [Rio de Janeiro?], 2012. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2012/06/04/agua-no-seculo-xxi-desafios-e-oportunidades-artigo-de-marco-antonio-ferreira-gomes-e-lauro-charlet-pereira/>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.;

SOUSA, M. A. de L. B.; FIALHO, N. de O.; DEL PICCHIA, P. C. D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1994, Recife. *Anais...* Recife: UFPR, 1994. p. 539-550. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/LIMA%20et%20al%20\(1994\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/LIMA%20et%20al%20(1994).pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

ROSALES, B. No Peru não há água para todos. Rio de Janeiro, [21--]. Disponível em: <<http://www.ips.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4674>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

# BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SALVADOR, BAHIA: um enfoque no bairro de Fazenda Grande do Retiro

*Cristiano Silva Cardoso*

## INTRODUÇÃO

Propõe-se aqui investigar no âmbito formal e conotativo simbólico, as expectativas em torno da instalação de uma área de lazer e convivência comunitária no bairro de Fazenda Grande do Retiro, Salvador, Bahia. Neste ínterim, foram tratados temas relacionados à adequação desta área e suas possíveis adaptações mediante necessidades dos moradores do referido bairro.

O estudo traça um painel argumentativo voltado a discutir o patrimônio local com enfoque num futuro espaço público destinado ao lazer. A questão é tratada em Salvador, nesta que hoje é uma cidade considerada patrimônio da huma-

nidade, assim, a capital baiana tem suas transformações analisadas no uso social do espaço, por meio de uma abordagem de identificação de imagens e valores patrimoniais locais (como a prática de esportes, os momentos de sociabilidade e os personagens); aspectos que, segundo Pedreira (2009), de alguma maneira, estão projetados no espaço e podem se configurar enquanto elementos integrantes da memória coletiva sobre a localidade. As indicações para a criação desta área são recentes e sofreram influência direta dos embates ocorridos entre a comunidade e o grupo gestor da Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), a Casa Civil e a Companhia de Desenvolvimento

Urbano da Bahia (CONDER).

Conforme os resultados da pesquisa, os processos referentes a tais embates tornam-se, aqui, elementos importantes para uma análise sobre o lazer, baseada na concepção de que este é um direito constituído em que o sujeito busca alcançar por meio de reivindicações, não se restringindo, portanto, ao que comumente lhe é ofertado (MARCELLINO, 2002). Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa foi analisar o papel das políticas públicas na criação da área de lazer, identificando os agentes comunitários (no Bairro da Fazenda Grande) que influenciaram na elaboração deste projeto, tendo em vista a histórica carência de

FIGURA 1 – Área delimitada da localização do bairro Fazenda Grande do Retiro



Fonte: Mapas Google (2014).

programas institucionais voltados a atender esta população em suas demandas por lazer e diversão.

Tal objetivo desdobra-se em outros de caráter mais específicos tais como: identificar, nesta fração de público (a ser beneficiada com as referidas políticas públicas), como os moradores compreendem o seu patrimônio local, além de traçar uma breve análise conceitual sobre aspectos ligados ao direito à cidade, no entrelace das noções de patrimônio, cultura e entretenimento.

## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

### O lazer e sua importância na contemporaneidade

Tal como conhecemos hoje o conceito de lazer surgiu no século XIX, fruto da Revolução Industrial ocorrida nos principais centros urbanos europeus, contrapondo-se ao trabalho, seja na liberação periódica da semana, do ano, quanto da aposentadoria. Dumazedier (1976) enfatiza que não há uma única e determinante história do lazer, principalmente quanto aos paradigmas europeus, suas práticas e instituições, uma vez que estes não correspondem integralmente à realidade que o conceito busca representar. A literatura mostra que existe uma

necessidade de se considerar o lugar e as realidades locais sem perder o contexto mais amplo quando se pensa em lazer, uma vez que os referenciais universais e globalizantes são insuficientes e mostram suas fragilidades na ação de órgãos governamentais como prefeituras e estados, que muitas vezes projetam no lazer, ao invés da perspectiva de um direito social, a concepção de mercadoria ou serviços a serem disponibilizados, reduzindo-o a uma noção de moralização e/ou de consumo (DUMAZEDIER, 1976).

Comungamos com o pensamento de que a concepção de lazer está interligada ao âmbito da cultura, valorizando, por sua vez, a expressão do local, em detrimento da homogeneização cultural que se processa no meio dos veículos de massa, evidenciando, assim, a perspectiva da construção de interfaces para uma cidadania emancipatória.

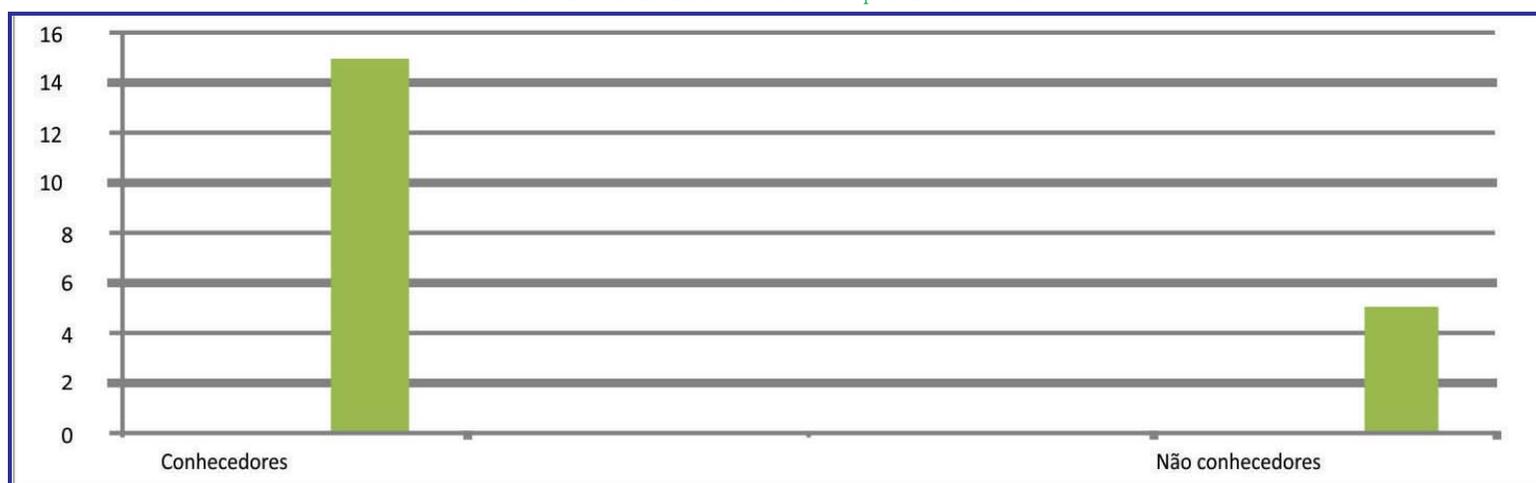
Uma contribuição relevante para o debate sobre lazer é dada por Masi (2011) que ao sublevar o conceito em torno das relações entre homem e trabalho circunscreve-o a três vieses: o comércio (ganho relativo ao cumprimento das leis); a faculdade (ganhos por meio do constante estudo) e o raciocínio lógico

(estudo, trabalho e comunicação com a natureza), onde a junção destes resulta no que ele denominou de “ócio criativo”, ou seja, uma adaptabilidade às necessidades das sociedades pós-industriais, equilibrando trabalho, estudo e lazer pela valorização do tempo livre (diferenciado, é claro, do que a primeira vista inspira: sombra, água fresca e nenhuma ocupação para o resto da vida, e que podem transmutar-se em violência, neurose, vício e preguiça); o ócio criativo por ele defendido está associado à criatividade, à liberdade e à arte.

Ao referenciar a área estudada à discussão teórica, trazemos a perspectiva de que o lazer está para além da inatividade impregnada nas concepções do senso comum e que, em essência, liga-se ao processo de humanização e integração social dos agentes como espaço geográfico, com o território, com o lugar.

O caso de Salvador é emblemático uma vez que a cidade é detentora de teatros, cinemas, centros comerciais, bibliotecas; porém, esses equipamentos se encontram em sua grande maioria nas zonas centrais e em espaços em que a população de maior poder aquisitivo é maioria; ficando os mais pobres socialmente

FIGURA 2– Conhecimento sobre a discussão para a nova área de lazer



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

afastados, tanto pela dificuldade na mobilidade, quanto pelas limitações econômicas de acesso a espaços privados. Da mesma forma, as praças, os parques e os espaços públicos de lazer mais belos e cuidados estão nos bairros mais nobres da cidade.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um estudo de caso, conforme pressuposto definido por Chizzotti (1999), que o define como a tomada do todo, uma unidade significativa de referência, cujas complexas condições socio-culturais revelam além de situações, a multiplicidade de aspectos globais presentes em dada situação. Destaca-se o uso de dados secundários e primários, cuja análise se dá na conjugação dessas fontes para delinear um enfoque sobre as políticas públicas de lazer no contexto urbano de Salvador, com viés na questão patrimonial e o seu reatamento na comunidade local. A sistemática de investigação, por sua vez, divide-se em três momentos que se entrelaçam em: revisão da literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Contextualização e organização espacial do bairro

Em meados dos anos de 1940, surge na capital baiana a Fazenda Grande do Retiro. Por volta de um século, esta área era ocupada apenas por pequenos agricultores, arrendatários de lotes pertencentes à indústria têxtil União Fabril. Um de

seus proprietários, Justino Farias de Souza, dividiu-a em lotes e iniciou uma negociação de terras que acompanhou a tendência dos bairros que se expandiram na zona norte de Salvador, ou seja, rápida ampliação sem a devida infraestrutura (MACHADO, 2002). A denominação do bairro de Fazenda Grande é uma alusão a sua antiga função. Ele está situado paralelo à rodovia BR-324, atraindo grande população migrante do interior do estado, bem como moradores de baixa renda do próprio município.

A principal função do bairro é servir como área residencial, servindo de abrigo ao crescente contingente de trabalhadores dos mais variados setores do circuito inferior da economia urbana. Em 2010, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou uma população de 57.000 moradores. Em termos de localização, situa-se na zona limítrofe com o São Caetano e segue por volta de 3 km por sua rua principal, a Mello Moraes Filho, até atingir o Largo do Retiro (FIGURA 1).

Historicamente, este bairro, apesar da carência de serviços urbanos básicos, evidencia uma ampla e variada gama de possibilidades de uso do tempo livre, principalmente nos finais de semana, através dos bailes, festas particulares, torneios esportivos, comemorações religiosas e excursões. Além da adaptação de áreas para a prática de esportes e atividades físicas como futebol,

vôlei e skate. Encontros entre os moradores também garantem a consolidação da rede básica de sociabilidade desta comunidade. Durante o levantamento de campo foi identificado, entre os entrevistados, a visão de que este “é um bairro festeiro, diversos são os motivos para se reunir e socializar”<sup>2</sup>.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com os representantes de dois grupos locais que participaram das negociações para a criação da área de lazer: a Associação de Moradores Unidos de Fazenda Grande do Retiro (AMFG) fundada em 1966; e a Associação de Moradores Educativa Cultural e Comunitária (AMEC) fundada em 1997.

A partir das entrevistas foram identificados os agentes sociais das associações de moradores que influenciaram na elaboração do projeto da área de lazer. Em linhas gerais há aprovação, entretanto, foram registrados, também, divergências quanto à condução do processo, destacando-se nos relatos a complexidade que envolve a execução desse, assim como sua anuência pelos dois representantes locais instituídos.

### A visão dos beneficiados

Na busca por conhecer alguns dos aspectos que envolvem a construção de uma área de lazer e seus supostos benefícios para aquela população, buscou-se fazer um levantamento de opiniões com uma amostragem de vinte questionários aplicados a dois grupos: 1) Alunos do Colégio Estadual Dois de Julho

e Colégio Estadual Dom Avelar Brandão Vilela, instituições situadas nas proximidades da pretendida área de lazer; e 2) Praticantes de modalidades esportivas na localidade. Ao primeiro grupo, uma das questões tinha o propósito de verificar se conheciam as discussões sobre o projeto de criação da nova área; o resultado demonstra que a maioria, 75%, é conhecedora da proposta (FIGURA 2).

A grande visibilidade dada à discussão possibilita, além do conhecimento sobre a referida questão, a consolidação de uma opinião sobre o assunto, mesmo entre os mais jovens. Tal aspecto é de fundamental importância na interação com o lugar em que se vive e na construção de um posicionamento crítico a respeito das áreas de lazer da cidade de Salvador.

Outro questionamento ao grupo de estudantes foi a respeito de quais equipamentos deveriam ser instalados no espaço. Neste caso, os alunos demonstraram interesse por iniciativas esportivas listadas no projeto da Praça da Juventude, apresentado pelo Governo do Estado da Bahia, porém, reforçaram a necessidade de construção de outras instalações voltadas a abrigar propostas culturais, como sala de projeção cinematográfica e teatro, biblioteca, escola, posto de saúde e museu. Presume-se que ao elencar tais sugestões o público alvo denota uma demanda reprimida em relação ao acesso a tais iniciativas no bairro. Assim, as respostas perfazem o registro

dos itens mencionados com maior frequência pelos entrevistados, ou seja: sala de cinema teve o percentual de 18%; iniciativas ligadas à tecnologia com disponibilização de computadores tiveram 15% das menções; também para produções teatrais 15%; os projetos ligados à dança foram mencionados em 14%, os de música 12,5%; já os cursos de formação foram referidos em 10%; fóruns e iniciativas ligadas à literatura 7,5%; a criação de um museu no espaço também obteve 5% das ocorrências (FIGURA 3).

A partir da aplicação dos questionários com os estudantes, pontuam-se os seguintes resultados:

- Apresentam a compreensão do lazer como uma necessidade, não um privilégio, sendo, portanto, parte indissociável da cultura local.

- Todos se moldam à cultura urbana para usufruir do lazer, seja nos espaços tradicionais ou nos experimentais, visto a diversidade de práticas consideradas.

- Identificam a necessidade de políticas públicas de estrutura e incentivo.

- Grande parte conhece as discussões para a criação da praça da juventude.

- Cobram a ampliação da proposta para a inserção de equipamentos culturais como museu, cinema, e de equipamentos esportivos como piscina.

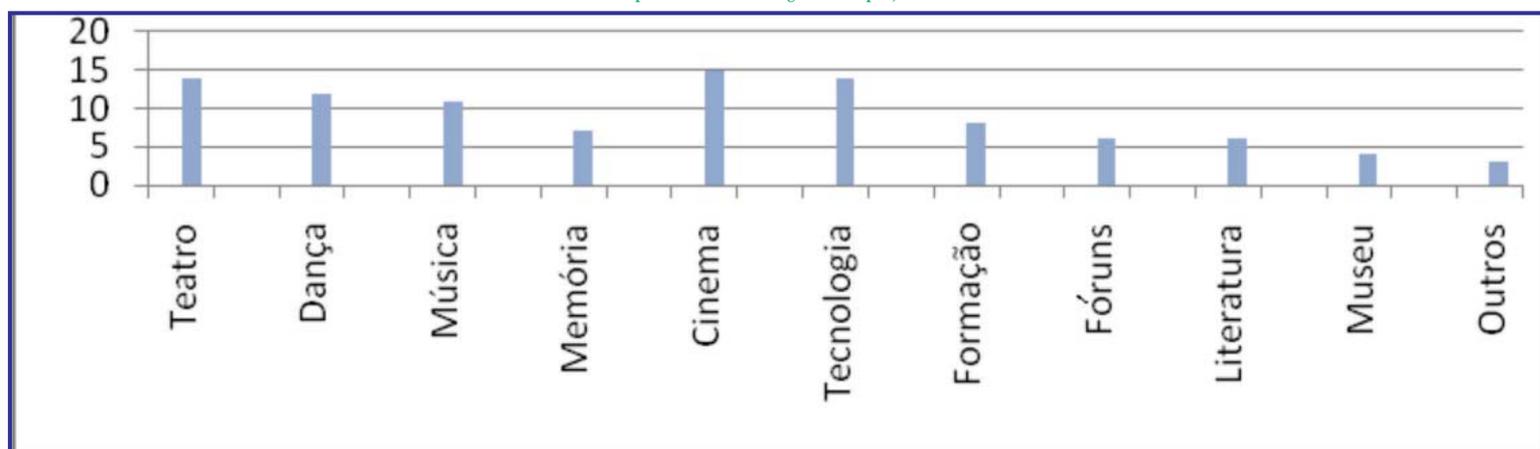
As diferentes formas de

concepção deste mesmo espaço evidenciam leituras diversas como a que tende a constatar a distância entre o Estado e a população nas inúmeras carências e dificuldades inerentes ao cotidiano. Em síntese, tais divergências materializam uma concepção em torno da necessidade de um empreendimento de lazer com características multifuncionais que agreguem, além dos equipamentos básicos necessários a qualquer proposta de espaço público, um conjunto de instituições e serviços que tragam benefícios em outros campos como educação, saúde, valorização cultural, diversificação de linguagens no campo do entretenimento e facilitação de relacionamento entre o cidadão e o corpo burocrático do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o debruçar sobre alguns conteúdos referentes à política pública de criação da área de lazer Praça da Juventude possa se constituir em um instrumento de embasamento mínimo em futuros apanhados, tanto no âmbito desta quanto de outras localidades. Aqui coube elencar e contextualizar agentes, conflitos e consensos que demarcam a priori, além da conformidade com as soluções adotadas pelos agentes do Estado no referido projeto, o registro, também, de algumas incongruências, no que se refere às expectativas dos indivíduos e grupos pesquisados sobre as demandas da comunidade. A experiência em torno da projeção do lazer,

FIGURA 3 – Perspectivas culturais sugeridas ao projeto de lazer do bairro



enquanto prática social concreta, aponta para a multiplicidade de aspectos que o perpassam, sejam eles culturais, artísticos, recreativos e/ou esportivos. Indubitavelmente ultrapassam uma função meramente reprodutora e contribuem para a elevação do debate sobre o direito à cidade como uma prerrogativa para sua utilização de maneira politizada, com influência nos valores de progressão local, regional e nacional. Neste tocante, chama a atenção o grande potencial para a valorização da memória, presumindo que esta

comunidade reúne elementos essenciais para que seja profícuo um diálogo entre autonomia e representação do patrimônio local através do desenvolvimento de um museu comunitário. O cultivar desta proposta pode configurar-se como um modelo experimental de planejamento e gestão cultural factível de resultados sociais positivos para esta população.

Universidade Estadual de Feira de Santana – MRA/CUCA/Uefs  
E-mail: <ccardoso@uefs.br>

## REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1999.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MACHADO, O. A Violência afeta Fazenda Grande do Retiro. *ATARDE*, Salvador, p. 12, 6 jul. 2002.

MARCELLINO, N. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Cam-

pinas: Autores Associados, 2002.

MASI, D. *O ócio riativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

PEDREIRA, R.C.O. *Valorização patrimonial mediante a museologia e a educação ambiental aplicadas às tecnologias sociais*. 2009. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

# ESTUDAR O LUGAR: um olhar crítico

Lúcia Helena Gomes Ramos  
Luziana Carvalho dos Santos  
Osimar dos Santos Damasceno

**A** bordar o conceito de lugar nas aulas de Geografia nos faz considerar a maneira como nossos alunos sabem ou veem o conhecimento, já pré-estabelecido no processo ensino-aprendizagem. Falar de lugar em seus diversos pontos de vista necessita de maior compreensão, uma vez que sua definição vem sendo trabalhada e discutida há anos no campo da Geografia, onde “compreender o lugar em que se vive permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem” (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 84).

Todos os lugares têm sua história e sua cultura localizadas em um determinado tempo-espaço, que deve ser considerado contextualmente. Observar o lugar (e adentrar em suas peculiaridades) é um dos propósitos desafiadores nas aulas de Geografia.

O presente artigo é fruto de uma aula de campo que possibilitou trabalhar com os alunos do 6º ano da Escola Municipal Frei Calixto, no município de Porto Seguro, Bahia, um olhar crítico sobre um trecho do litoral local, percebendo a influência da ação antrópica e suas inter-relações com o espaço de vivência, bem como a questão da identidade do/com o lugar, conforme a definição a seguir:

*O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida - apropriado através do corpo, dos sentidos, dos passos de seus moradores -, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade latu sensu a menos que seja*

*a pequena vila ou cidade - vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, p. 17).*

Após a reflexão acerca do conceito de lugar, apresentamos os objetivos da aula de campo e apontamos o que deveria ser observado nas análises. Realizamos uma sondagem, por meio de um desenho livre, para caracterizar quais lugares os alunos mais gostavam no município, buscando perceber quais relações de identidade eles mantêm com esses lugares.

Como recursos, foram usados: papel ofício, pincel, lápis de cor, lousa e cartaz para colagem dos desenhos. Após a explanação dos desenhos (FIGURA 1), os alunos falaram como se sentiam em relação ao lugar, qual a importância e o porquê das suas escolhas.

Observou-se nas falas dos alunos que a relação de identificação com o lugar se deve ao fato de terem experiências e vivências com o mesmo; como alguns nunca foram ao Arraial d’Ajuda Eco Parque, por exemplo, não puderam emitir opiniões sobre este recorte espacial.

Ao final, elaboramos uma tabela (FIGURA 2), demonstrando a frequência dos lugares desenhados por eles, e obtivemos o seguinte resultado: dezoito alunos escolheram as praias; três deles destacaram suas próprias casas; um citou o campo de futebol; um indicou a praça; um citou o Arraial d’Ajuda Eco Parque; e um mencionou o Baianarte (projeto de dança e cidadania). Dentre as razões para a escolha destes lugares pelos alunos está

a afetividade; para eles, tais espaços trazem boas lembranças, os levam a brincar ou, simplesmente, os descreveram porque gostam. Isto evidencia, por meio de um sentimento intrínseco, o conceito de lugar conforme apontado em autores da Geografia Humanística; percebemos, então, a necessidade de inserir a finalidade dessa relação na perspectiva dos estudos da Geografia.

Da sala de aula, saímos a campo, no ônibus da universidade, para vivenciarmos o lugar que recebeu o maior destaque por parte dos alunos, a praia. A experiência foi surpreendente, a participação deles em mostrar o lugar foi ativa, discutimos também a ação antrópica nesses lugares e a questão da ocupação que é evidente na cidade histórica (“cidade alta” de Porto Seguro), utilizada hegemonicamente como atrativo turístico e marco cultural da ocupação do lugar pelos portugueses a partir do ano de 1500, dando início à formação do território brasileiro.

No decorrer da atividade, tornou-se claro o quanto é importante orientar para o ensino de uma Geografia viva e contextualizada. O papel do docente deve ser o de fazer uma reflexão diante dessa nova Geografia, ir além dos livros didáticos, ensinando a partir do local para se compreender o global e vice-versa. Como as demais disciplinas do currículo escolar, a Geografia deve desenvolver habilidades para que o aluno possa observar, avaliar e interpretar a paisagem, tendo uma visão holística da realidade vivida.

FIGURA 1 – Desenho representativo dos melhores lugares do município, segundo os alunos



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

FIGURA 2 – Mural com os lugares selecionados pelos alunos



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

## AGRICULTURA FAMILIAR: novos arranjos socioespaciais nos sistemas produtivos do município de Santo Antônio de Jesus, Bahia

Joelia Silva dos Santos

Este artigo é produto da pesquisa de conclusão do curso de Geografia, da Universidade do Estado da Bahia – DCH/ Campus V, iniciada no primeiro semestre do ano de 2012, a qual objetivou compreender a organização dos principais sistemas produtivos da Agricultura Familiar (AF) no município de Santo Antônio de Jesus, Bahia.

Historicamente, a trajetória da agricultura no município referido não foi marcada por ciclos produtivos, como a cana-de-açúcar no litoral nordestino e em alguns municípios do atual Recôncavo, e o cacau no sul da Bahia, mas apresentou momentos de apogeu, como no período da produção de fumo, lavoura que passou a ser cultivada em todo o espaço rural do município e acabou entrando em crise na segunda metade do século XX. A organização do espaço agrário diferenciou-se dos demais municípios do Recôncavo em função da produção ser destinada predominantemente para subsistência e, em menor escala, para exportação.

Na atualidade, entre outras culturas, o município apresenta destaque na produção de citros e mandioca. Recentemente, a produção da farinha vem apresentando sinais de fragilidade, em função da dificuldade de produzir com mecanismos tradicionais, o que demanda muito trabalho e pouco retorno lucrativo.

Para o recorte da análise apresentado neste artigo, a metodologia utilizada consistiu na aplicação de 25 entrevistas aos proprietários de estabelecimentos que se configuram como agricultura familiar, nas comunidades representadas na FIGURA 1.

Especialista em Ensino de Geografia (Uesc)<sup>1</sup>

E-mail: <lbgr81@gmail.com><sup>2</sup>

Especialista em Ensino de Geografia (Uesc)

E-mail: <luziana22@yahoo.com.br><sup>3</sup>

Especialista em Ensino de Geografia (Uesc)

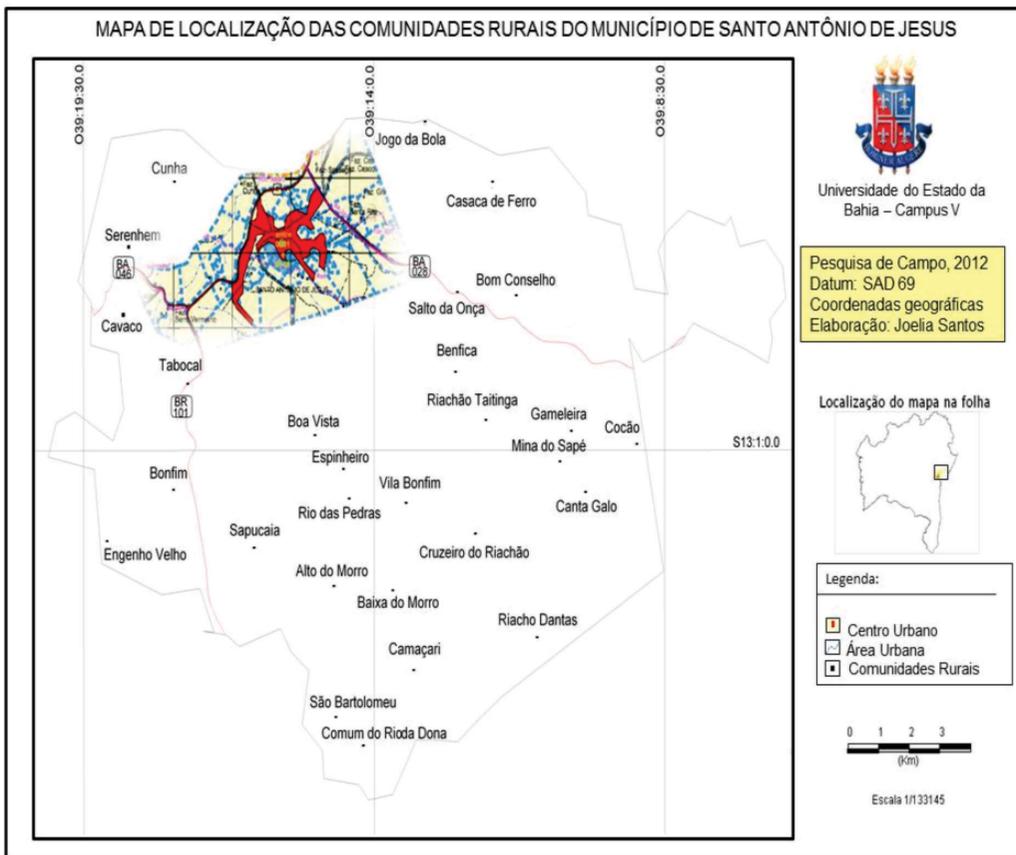
E-mail: <osimar\_geografia@hotmail.com>

### REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FIGURA 1 – Localização das comunidades rurais do município de Santo Antônio de Jesus – 2012



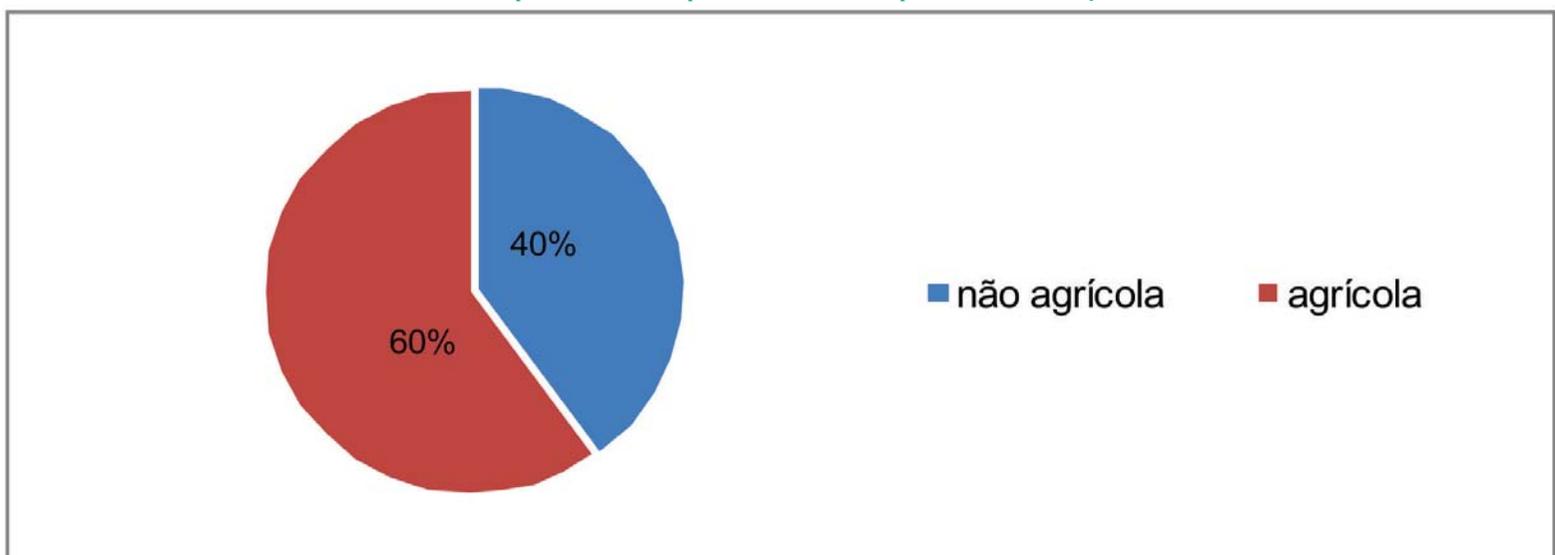
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

TABELA 1 – Principal fonte de renda dos estabelecimentos rurais do município de Santo Antônio de Jesus – 2012

VARIÁVEL	QUANTIDADE
Trabalho na cidade	3
Mandioca e laranja	1
Mandioca	5
Transporte de mercadorias	1
Beiu	1
Cacau, laranja, compra e venda de bezerros <sup>1</sup>	1
Laranja	3
Aposentadoria	7
Aluguel de trator	1
Trabalho no campo (diarista)	1
<b>Total</b>	<b>25</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

FIGURA 2 – Principal fonte de renda dos produtores rurais do município de Santo Antônio de Jesus – 2012

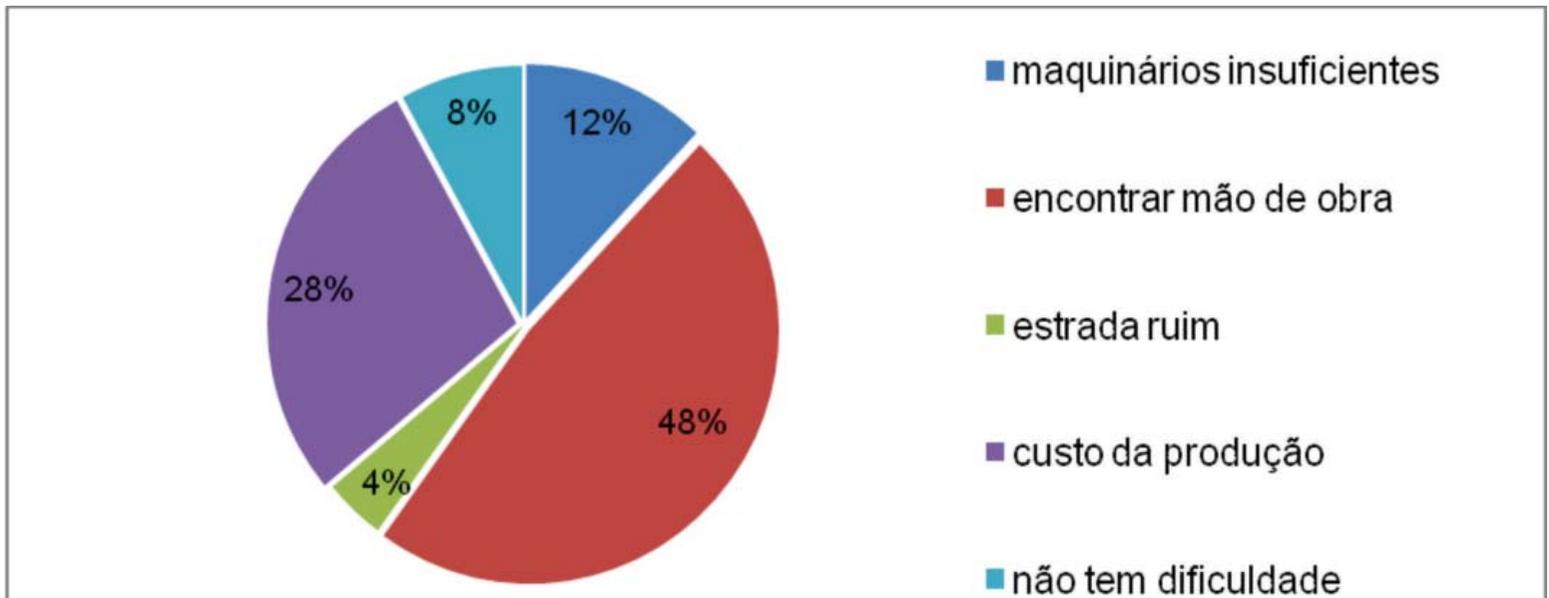


Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Com base nas informações obtidas no município durante a pesquisa, as áreas rurais não se sustentam exclusivamente com as atividades agrícolas. Há predomínio da pluriatividade, sendo que “as propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar” (SCHNEIDER, 2003, p. 105).

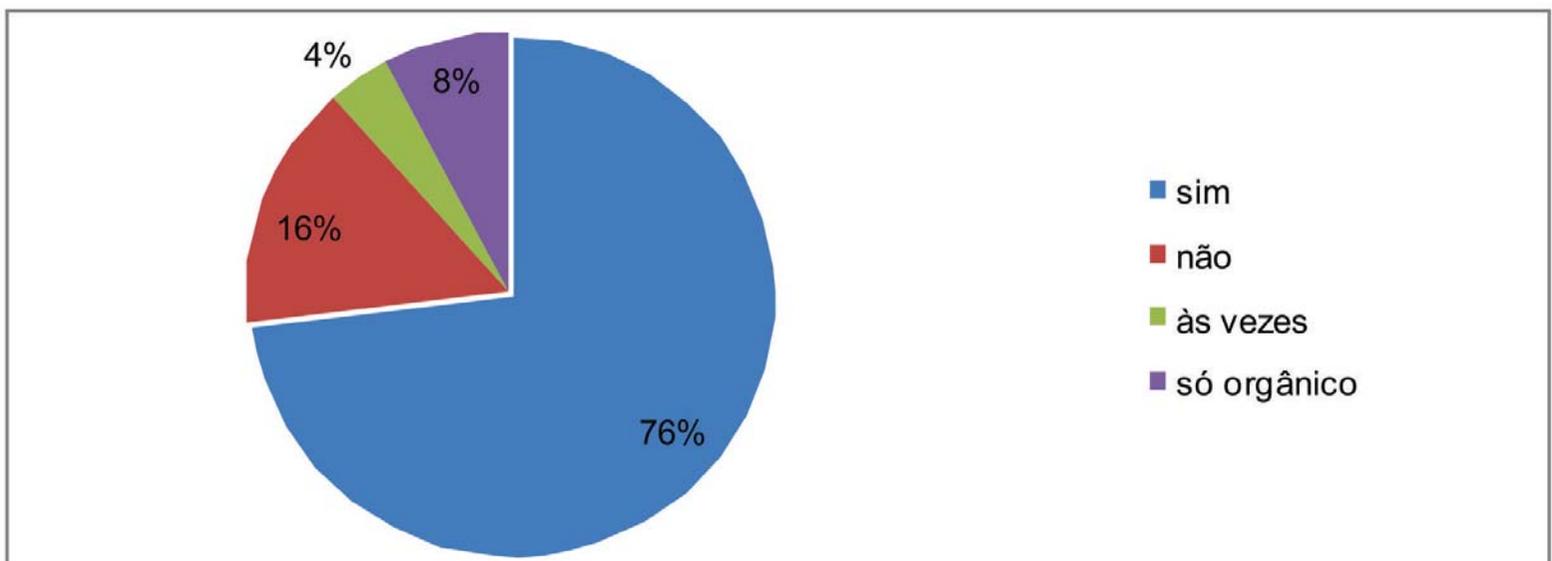
Na comunidade do Cocão, por exemplo, informações obtidas com os moradores revelam que a maioria dos habitantes vive da aposentadoria e, por isso, a produção é utilizada como complemento para sobrevivência ou para pequenas comercializações. É fato que “o espaço rural unifuncional agrícola cedeu lugar a um espaço multifacetado, em que coexistem variadas atividades, interesses e pessoas” (DINIZ, 2003, p. 86). A pesquisa de campo ratificou esse contexto, como de-

FIGURA 3 – Principal dificuldade na produção apontada pelos produtores rurais do município de Santo Antônio de Jesus – 2012



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

FIGURA 4 – Utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos pelos produtores rurais do município de Santo Antônio de Jesus – 2012



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

monstra a TABELA 1.

Os dados da TABELA 1 referem-se à atividade que o produtor(a) rural entrevistado(a) classifica como principal fonte de renda individual. Ademais, na família de cada um existem filhos, esposas e irmãos que, segundo os entrevistados, trabalham na construção civil, em fábricas, escolas, entres outros lugares. Além disso, o próprio produtor, em alguns casos, desenvolve outras atividades que geram renda secundária. Nesse cenário, “as mudanças ocorridas no campo são sentidas a partir de processos sócio-espaciais indicadores de novos arranjos” (FERREIRA, 2003, p. 50). No sistema agrícola do município, os novos arranjos espaciais apontam que o campo não é mais regido com a renda exclusiva do setor, mas

coexistem outras fontes de renda que às vezes sobrepujam o valor da renda agrícola, podendo tornar o sistema “im” produtivo, ainda que existam potencialidades para desenvolvê-lo. Na FIGURA 2 estão congregados os dados apresentados na TABELA 1 em dois setores (renda de origem agrícola e não agrícola), onde se obteve como produto que para 40% dos agricultores a principal fonte de renda individual provém da pluriatividade, ou seja, a agricultura não é mais a atividade que sustenta a geração de renda no campo. Assim, [...] “parte considerável da capacidade de trabalho da família rural está hoje comprometida com atividades não agrícolas” (BAIARDI, 1998, p. 18); todavia, existem comunidades como Bonfim, Boa Vista, Cruzeiro do Ria-

chão, Riacho Dantas, Engenho Velho, entre outras, onde a produção ocorre em maior escala e, apesar da existência de atividades não agrícolas, a principal fonte de renda, segundo moradores, ainda provém do campo.

Um dos fatores que contribuem para que haja essa diferença entre os sistemas produtivos rurais no município encontra-se imbricado na própria concepção de vida construída pelos habitantes desses espaços diante da influência do modo de vida urbana. Muitos deles, principalmente os jovens, preferem trabalhar na cidade e, ainda que retornem para o campo, a renda deriva do emprego no centro urbano ou industrial do município, razão pela qual há escassez e redução de mão de obra em alguns sistemas

produtivos, principalmente nos que requerem maior quantidade de trabalhadores para funcionar, como é o caso da produção da farinha de mandioca. Por isso, a relação entre a principal fonte de renda (não agrícola) e a principal dificuldade encontrada na produção (ausência de mão de obra) é inversamente proporcional, sendo que 48% dos entrevistados afirmam que encontrar mão de obra tornou-se a maior dificuldade, porque ninguém quer trabalhar no campo (FIGURA 3).

O custo da produção é a segunda maior dificuldade apontada pelos produtores (28%). O processo de preparo do solo, plantio, manutenção, colheita e comercialização agrega um custo que, dependendo do produto, pode até ser maior do que o valor destinado à venda pelo produtor no final da safra, processo muito comum em função da insuficiência de maquinários; essa dificuldade, porém, foi apontada por apenas 12% dos entrevistados, número pouco representativo se comparado aos demais motivos apresentados. Entretanto, Veiga (2007) intitula de reducionismo o fato de muitos economistas comparar processos industriais com os agrícolas, ao discursarem sobre a necessidade de industrialização do setor:

*O uso de máquinas aumenta a eficácia do trabalho agrícola, fazendo com que o trabalhador possa cultivar maiores áreas e cuidar de um número maior de animais. Mas é irrelevante seu efeito direto sobre os rendimentos físicos, isto é, sobre o crescimento de cada animal, ou de cada planta. O rendimento global de uma cultura, ou de uma criação, resulta da adição dos rendimentos*

*individuais de cada planta, ou de cada animal que a compõe, não se podendo falar, portanto, de produção em série no sentido industrial do termo (VEIGA, 2007, p. 189-190).*

A quantidade dos que declararam não ter dificuldades na produção ocorreu nas comunidades onde o sistema produtivo não é a principal fonte de renda. Sendo renda secundária, a produção agrícola ocorre sazonalmente, como por exemplo o plantio do milho e amendoim para o período das festas juninas, diferente dos demais produtores que cultivam constantemente devido a principal fonte de renda ser a agricultura.

Quanto ao uso de agrotóxicos e fertilizantes, 76% dos entrevistados declararam usar na lavoura adubos químicos e agrotóxicos como, por exemplo, o herbicida Roundup® - Monsanto (para o controle de plantas daninhas), 16% afirmaram que não fazem uso de nenhum produto químico e 8% utilizam adubos orgânicos (FIGURA 4).

Muitos entrevistados têm noção dos riscos que estão sujeitos ao fazerem uso desses mecanismos na produção e ficaram intimidados em reconhecer que fazem uso deles, mas acabaram revelando que o uso é necessário, pois o solo fraco precisa de reforço para produzir. Tal problema, inerente à realidade da AF, é fruto das primeiras práticas agrícolas iniciadas no território brasileiro, como aborda Mafra (1999),

*[...] na maioria dos países da América Latina, os problemas de uso, manejo e conservação das*

*terras não foram no passado e não são atualmente considerados com a importância e prioridade devidas. Esse fato deveu-se à disponibilidade de terras e de produção para a implantação da agricultura e pecuária, o que permitiu àquele conjunto de países, no passado, satisfazer o consumo próprio e atender às demandas de exportação por um largo período, incorporando cada vez mais novos espaços, à medida que os anteriores denotavam sinais de degradação (MAFRA, 1999, p. 304-305).*

Além disso, muitos agricultores não sabem quais as correções necessárias para o solo, nem se os produtos são realmente os indicados, utilizando-os de forma aleatória, prejudicando sua saúde e a de quem consumir o produto.

Basicamente, os dados revelam que a organização do sistema produtivo das unidades familiares no município é plural, apresentando características semelhantes em relação à origem da principal fonte de renda (não agrícola), às dificuldades produtivas (escassez de mão de obra) e ao uso de agrotóxicos e fertilizantes. Diante do exposto, infere-se que a permanência do pequeno agricultor no campo, bem como a escolha dos filhos por trabalhar na lavoura, pode tornar-se inviável. Nesse caso, as implicações desse processo poderão comprometer o destino da Agricultura Familiar no município.

*Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – DCH/Campus V  
Mestranda em Planejamento Territorial (MPPT) (Uefs)-E-mail: <joeliaavlis@gmail.com>*

## REFERÊNCIAS

BAIARDI, A. Neoprodutivismo, neoassociativismo e turismo campestre: outras faces do novo rural. *Caderno CRH*, Salvador, n. 1. p. 11-23, 1998.

DINIZ, J. A. F. Os dilemas atuais das geografias rural e agrária. In: MENEZES, A. V. C. de et al. (org.). *Organização e dinâmica do espaço agrário e regional*. São Cristóvão: NPGeo: UFS, 2003.

FERREIRA, D. A. de O. Agricultura e produção geográfica: trajetórias do conteúdo e das proposições teóricas da geografia Agrária no Brasil. In: MENEZES, A. V. C. de et al. (org.). *Organização e dinâmica do espaço agrário e regional*. São Cristóvão: NPGeo: UFS, 2003.

MAFRA, N. M. C. Erosão e planificação de uso do solo. In: GUERRA, A. J. T. et al. (org.). *Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v. 24, n. 3, p.106-132, 1994. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/369.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

# ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA

Foi publicada no último dia 16 de junho de 2014 a PORTARIA REITORIA UESC Nº 767, correspondente ao Edital 064/2014, a qual resolveu homologar o resultado final do processo de Seleção de Candidatos ao curso de Especialização em Ensino de Geografia.

Foram aprovados 30 candidatos. Segue abaixo o quadro em ordem alfabética:

Nº	CANDIDATOS
1	Ana Karen Albuquerque Soares de Lima
2	Carolina da Silva Viana
3	Cristiano Gomes dos Santos
4	Deborah Laís Couto Santos
5	Diogo Teixeira Gama
6	Emerson de Lima Nascimento
7	Gilmário Santos Carvalho
8	Girlane Pereira Santos
9	Glauber Cassimiro Santos Guirra
10	Heibe Santana Silva
11	Ivan Cley da Silva Cezar
12	Ivana Souza Oliveira Santos
13	Jean Lucas Vinhas Medeiros
14	Leonardo de Oliveira Queiroz
15	Luan Pereira Silva
16	Luciano de Jesus
17	Luiza Carla da Silva Soares
18	Mailanne Batista Dantas
19	Mauricio Dezidério Rocha
20	Mateus Ferreira Santos
21	Myrian Cristina Santos de Jesus
22	Rutieiro Odorico dos Santos
23	Silmara Borges da Hora
24	Silvany Conceição Costa
25	Tailane Ferreira Santos
26	Tarcisio Santos Souza
27	Thiana do Nascimento Cazais
28	Verônica Macedo dos Santos
29	Welber Alves Menezes
30	Wellington Santana de Andrade



**participe  
do  
BIG!**

Envie o seu artigo e tenha a chance de participar das próximas edições.

Para maiores informações acesse:

<http://www.uesc.br/projetos/inforgeo/>